



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 13 de novembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO PIM	1
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Empreendimentos.....	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Encontro na FIEAM	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Amazonidades	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Estratégia & Ação.....	5
EMPRESAS	
A CRITICA Harley de casa nova no PIM	6
ECONOMIA	
A CRITICA Brasil é uma Brastemp!	7
ECONOMIA	
A CRITICA Brasil é uma Brastemp! (Continuação)	8
ECONOMIA	
A CRITICA Duas rodas	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Arrancada" pelo novo PPB	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Arrancada" pelo novo PPB (Continuação)	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Arrancada" pelo novo PPB (Continuação)	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO APLAUSOS	13
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO Alfredo MR Lopes	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS CAPA	15
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS EDITORIAL.....	16
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Arthur Virgílio	17
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Crise eleva remessas de lucro para R\$ 851 mi	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Crise eleva remessas de lucro para R\$ 851 mi (Continuação)	19
ECONOMIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS	
Crise eleva remessas de lucro para R\$ 851 mi (Continuação)	20
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Setor calçadista aposta em inovação contra concorrência internacional	21
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Setor calçadista aposta em inovação contra concorrência internacional (Continuação)	22
ECONOMIA	

PIM

Indústria contrata menos temporários no polo local

Estimativa é de uma queda de 21,7% sobre o resultado obtido no ano passado

Por JULIANA GERALDO

O número de contratações temporárias no PIM para atender a demanda de final de ano caiu 21,7% esse ano. A estimativa do Sindmetal/AM (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas) e do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) é de que aproximadamente 7 mil trabalhadores tenham sido contratados entre setembro e novembro, enquanto no ano passado, 8,9 mil vagas chegaram a ser preenchidas no mesmo período.

Só em setembro do ano passado, por exemplo, quando o PIM inicia a produção para o natal, foram registradas 7,5 mil contratações temporárias. Já nesse ano, apenas 4,1 mil temporários foram admitidos, redução de 45%, segundo os últimos indicadores de desempenho divulgados pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

"Este ano, atipicamente, a contratação de mão de obra temporária está abaixo comparada a outros anos. Entre os nossos clientes,

cerca de 800 temporários já foram demitidos até o momento. No ano passado, apenas 240 haviam sido desligados no mesmo

Presidente do Cieam, Wilson Périco projetou que o Amazonas deve terminar o ano com a geração de 130 mil empregos no PIM

período", contou a gerente geral da Múltipla RH e diretora de novos produtos da ABRH-AM (Associação Brasileira de Recursos Humanos do Amazonas), Lilia Barreto.

De acordo com ela, a diferença foi provocada pela forte fiscalização do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), que "obrigou muitas indústrias do PIM a desligarem os temporários e as impediu e contratar mão de obra temporária, mesmo como o aumento da produ-

ção de fim de ano".

O presidente do Sindmetal/AM, Valdemir Santana, rebateu que ao contrário da afirmação da gerente, a SRTE-AM (Superintendência Regional do Trabalho) não proibiu a indústria de contratar, apenas regularizou a situação dos funcionários.

"O que houve foi que se regulamentou a contratação dos temporários para fábricas de produtos específicos. Empresas do segmento de duas rodas e fabricantes de TV tinham temporários de dois anos. Casos assim tiveram que ser efetivados", explicou.

Para o presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Mariano Félix, a queda ocorreu não por uma diminuição de contratações por parte da indústria e sim pela regularização das carteiras dos funcionários, em decorrência das fiscalizações.

De acordo com Valdemir Santana, mesmo com um número menor, o diferen-

cial desse ano deverá ser a efetivação dos temporários. Segundo ele, dos 7 mil contratados, cerca de 4,9 mil (70%), deverão ser efetivados após o término dos contratos em dezembro.

Perspectivas

O presidente do Cieam, Wilson Périco projetou que o Amazonas deve terminar o ano com a geração de 130 mil empregos no PIM, entre efetivos e temporários.

Já Valdemir Santana, fez uma projeção mais tímida. "Não acho que chegaremos a 130 mil porque tivemos problemas com fábricas de demitir cerca de 1000 funcionários de uma só vez. Por isso aposto em 126 mil empregos gerados", justificou.

No entanto, ele afirma que para os próximos anos, as perspectivas são melhores. "Se o Amazonas conseguir organizar essa briga com os importados e segmentos específicos como o de componentes, até a Copa podemos alcançar a marca de 150 mil empregos entre efetivos e temporários", finalizou.



Segundo a ABRH-AM, a forte fiscalização do MTE obrigou muitas empresas a desligarem os temporários e evitar esse tipo de contratação

Números

Em 2010, de acordo com os indicadores da Suframa, houve 7.574 contratações temporárias em setembro, passando para 8.316 em outubro e chegando ao ápice de 8.949 vagas preenchidas em novembro. Já em dezembro, o número caiu para 6.779 empregos.

Empreendimentos

Empresas terão desconto no IR para projetos de infraestrutura

Projetos de infraestrutura de sete setores poderão, em breve, contar com incentivos no mercado de capitais. Decreto da presidenta Dilma Rousseff e do ministro da Fazenda, Guido Mantega, regulamenta o procedimento para as empresas captarem recursos destina-

dos a empreendimentos considerados prioritários, com desconto no Imposto de Renda (IR).

O decreto definiu como áreas contempladas logística e transporte, mobilidade urbana, energia, telecomunicações, radiodifusão, saneamento básico

e irrigação. Os projetos deverão ser apresentados aos ministérios de cada setor, que emitirão portarias com a relação das obras que poderão receber o benefício.

Por meio do benefício, as empresas responsáveis pelos projetos poderão

emitir debêntures (títulos privados) para captar recursos. Os empreendedores pagarão menos IR. Pessoas físicas e não residentes no país terão o imposto zerado. As empresas nacionais pagarão 15% sobre o rendimento desses papéis, em vez de 34% sobre o lucro líquido.

Encontro na FIEAM

O embaixador da Polônia, Jacek Junosza Kisielewski, reuniu-se com a diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), semana passada. A União Europeia reúne 27 estados-membros e mais de 500 milhões de pessoas que se comunicam por 23 línguas oficiais. Atualmente, a Polônia é a presidente do conselho, com mandato que se iniciou em julho e segue até 31 de dezembro.

Amazonidades



OZÓRIO FONSECA

A economia de todo dia

Eu lia e ouvia todos os dias, as notícias e artigos da mídia sobre economia, mas agora percebi que as opiniões dos “especialistas” focalizam uma realidade abissalmente distante do meu bolso. O mundo econômico abordado pelos “especialistas” midiáticos é total e absolutamente irreal diante do cenário onde se insere minha conta bancária e meus parques reais.

Outra razão que me levou a dispensar a leitura desse assunto foi o fato de um mesmo “perito” encontrar justificativas “teóricas” para situações que são diametralmente opostas e conflitantes. Não consigo entender como alguém, com características físicas de Homo sapiens, pode legitimar o mundo de privilégios ou falsear conceitos de uma ciência social para minimizar ou esconder o cenário de pobreza e miséria que atinge a maioria do povo brasileiro e amazonense.

Dinheiro Eunuco

E foi por constatar que o noticiário e os comentários sobre economia focalizam um mundo do qual não faço parte, que aboli esse tipo de leitura. O meu mundo pessoal e profissional é outro e nele não encontro suporte para entender como a macroeconomia pode ir bem se a microeconomia não é saudável. No meu mundo profissional a verdade só se altera se houver outro experimento científico controlado e ninguém se importa com o achismo de alguém ou de certa corrente política.

Minha experiência atesta que são poucos os articulistas, jornalistas e comentaristas que escrevem opiniões fundamentadas ou pelo menos não comprometidas com o status quo. A causa de tanta insensatez eu não consigo identificar, mas penso que além da opinião “comprada” existe também a má qualidade do ensino universitário no Brasil. É por isso que a única coisa sobre economia que vou ler daqui por diante será o meu extrato bancário e tentar porque o meu dinheiro é eunuco enquanto o dos ricos se reproduz com altas taxas de natalidade.

Complexidade e competência

Sei que assuntos de grande complexidade só devem ser analisados por pessoas com competência e isso faz surgir outro problema, pois na língua portuguesa o vocábulo competência tem dois significados opostos. Um deles diz respeito à competência para decidir (a quem compete) uma condição conferida por designação dos donos do poder e o outro significado diz respeito à competência alicerçada no conhecimento e esse é o xis do problema

Economista de plantão

A globalização da economia criou uma situação nova e

Vou deixar de ler as notícias e comentários sobre economia porque me parecem distantes da realidade

isso permitiu o surgimento de enorme elenco de pessoas dispostas a dizer globobagem (recomendo a leitura do livro “Globalização e Globobagens” de Paul Krugman), configurando um time de “especialistas” que, salvo algumas honrosas exceções, são chatos, enfadonhos, risíveis e, via de regra, opinam a partir de análises simples e simplórias.

Uma das questões importantes a embasar minha decisão se assenta nas teorias da Ecologia, área do conhecimento que abrigou meu mestrado e doutorado e que está ligada à Economia tanto pela raiz grega – oikos – como pela lei (irrevogável) “dos efeitos não intencionados” que os economistas resolveram alcinhar de “reversão de expectativa” sem perceber que isto lhes impinge responsabilidade pelos erros de previsão.

Só vou voltar aos textos econômicos da mídia quando alguém me explicar como é possível Manaus figurar nos andares de cima da riqueza entre as capitais brasileiras, com quase 60% trabalhadores do PIM ganhando até dois salários mínimos e apenas cerca de 1% recebendo acima de 20 salários mínimos.

Quero saber como pode haver tanta riqueza se a massa salarial dos trabalhadores é insuficiente para comprar apartamentos de luxo e alto luxo, iates com piano de cauda, mansões cinematográficas, carros importados, jogatina em Las Vegas, etc, etc..

Vou deixar de ler as notícias e comentários sobre economia porque me parecem distantes da realidade, porém ontem alguém me advertiu que se minhas razões são essas, também devo deixar de ler as páginas policiais, pois é lá que se escondem e se distorcem os mais importantes fatos que permitem a acumulação de riqueza no cofre de poucos. Como já não leio página policial, esportiva, nem coluna social.

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca ozorio@netium.com.br

Estratégia & Ação



NILSON PIMENTEL

Diretrizes para o Desenvolvimento Econômico Regional no Amazonas

O século XXI avança com suas céleres mudanças, crises, dificuldades e oportunidades para um mundo com uma população de 7 bilhões de seres humanos com todas suas necessidades, principalmente as absolutas. O mundo observa a crise na Europa, a Zona do Euro, que irá afetar outras economias, preferencialmente aquelas dos países ditos emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), assim como outros em vias de equilíbrio, como a Austrália, México, Chile, Coreia do Sul, Indonésia, dentre outros. Vistos que os ventos que ventam lá, acarretam sérias dificuldades aqui, na estrutura econômica brasileira e, na amazonense, não se pode mais tergiversar sobre as possibilidades do Amazonas se dá as possibilidades de estabelecer as diretrizes para processos de desenvolvimento econômico regional estabelecidos, através de um macro planejamento econômico estratégico que privilegie o conhecimento dos espaços territoriais de cada município e que provoque efetiva ação analítica das fronteiras entre a escala da capital-estado Manaus e as sedes municipais em referências.

Pois no entender dos especialistas, estabelecer uma construção de análise se precisa conhecer o espaço local com uma conceitualização autônoma que possibilite o assentamento de ações estruturantes e projetos regionais locais, dentro de um quadro econômico com base de uma política pública referenciada para aqueles níveis diferentes de atividades, vocações e potenciais econômicos de suas dotações. Somente com a valoração dos atores sociais e coletivos locais, torna o espaço operacional de uma possível capacidade de ação plural em relação às forças positivas atuantes.

Em processos de indução de desenvolvimento econômico regional sempre caracterizam por atuação de organizações diferenciadas somente conectadas e focadas em alvos e propósitos comuns, de forma que a organização responsável pelo macro planejamento econômico estratégico (SEPLAN) comande a interorganização integrada. Quando se depara com a possibilidade de se estender os Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) para os municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM) há de se entender um grande desafio para formulação de diversas diretrizes estratégicas, tais como: 1) Estabelecimento de uma nova Lei dos Incentivos Fiscais Estadual específica para os espaços que o Estado precisa formular ações e projetos de indução de desenvolvimento;

2) Reformulação da Lei nº 2826/2003 (Lei dos Incentivos Fiscais do ICMS, em vigência), pois como está apresenta-se em incongruente entre o estágio atual de concessão daquelas empresas localizadas no interior do estado

Porque as relações são marcadas pela negociação e por dificuldades das organizações em manterem seus próprios objetivos

e a futura etapa, quando vigorar os incentivos fiscais da ZFM para a região Metropolitana; 3) Gestão e Análise operacional da interorganização dos espaços territoriais de cada município e suas sedes municipais, pois a interconexão e interação de propósitos e focos comuns não elimina as variadas formas de atuação entre as organizações envolvidas.

Porque as relações são marcadas pela negociação e por dificuldades das organizações em manterem seus próprios objetivos das ações estruturantes e dos projetos e inseri-los num projeto coletivo que os compreenda.

Dessa forma, é fundamental que a interorganização em cada espaço territorial compreenda os atores sociais do local e do Estado, do mercado e da sociedade em geral, cujos

papéis, níveis de responsabilidade e bases de poder resultem em uma interação dinâmica, ainda que se mantenha uma origem e um destino territorial mais ou menos delimitado.

O mais importante nessas interorganizações é gerar sinergias, agregar esforços e até manter fronteiras de atuação, pois dessa forma se poderá manter o poder e a política como elementos centrais ao novo processo de desenvolvimento econômico regional que o governo estadual pretende induzir. Vejam que conhecimentos e saberes são essenciais para a implementação dos processos que possibilite gerar a sustentabilidade desse desenvolvimento regional.

O coletivo, neste caso, é constituído por um conjunto de organizações capazes de reunir e articular recursos de poder que viabilizem a articulação de interesses e objetivos pactuados. Tanto mais poder terá este coletivo quanto mais recursos de poder tiverem os diferentes atores a compor interorganizações; 4) As diretrizes estratégicas precisam demarcar, através do macro planejamento econômico estratégico, graus das desigualdades interregionais e os níveis estabelecidos da produção e da renda regional local, assim como identificar os potenciais econômicos passíveis

de passarem por algum processo de desenvolvimento.

Porque ativar as potencialidades econômicas locais para desenvolvimento das sub-regiões, quer dentro da RMM ou fora dela, por meio do uso de instrumentos que estimulem a formação de capital fixo e socioeconômico em espaços territoriais em processos de estagnação econômica e menos favorecidas implicam na geração de emprego e renda, em curto e médio prazos. Tal estratégia deve ser convergente com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade socioambiental e competitividade econômica da produção local.

Todos se lembram da experiência fatídica procedida nas savanas do Município de Humaitá, há pouco tempo atrás?

O conhecimento nunca é demais e nem satisfatório, sempre haverá necessidades crescentes. Em macro regiões como o Estado do Amazonas, não se faz desenvolvimento econômico regional somente por vontade política e, nem sem o planejamento econômico estratégico necessário às identificações das características e peculiaridades dos espaços territoriais que o governo estadual pretenda intervir ou impulsionar processos de desenvolvimento econômico.

NILSON PIMENTEL é economista, engenheiro, administrador, consultor de empresas e mestre em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas)

Harley de casa nova no PIM

No evento Rio Harley Days, no Rio de Janeiro, o Staff da Harley-Davidson reforçou que, em fevereiro de 2012, fará a inauguração oficial da nova fábrica em Manaus. A unidade já está funcionando na Avenida do Turismo desde setembro, fabricando todos os modelos comercializados no Brasil.

Brasil é uma Brastemp!

FÁBIO ALENCAR

fabioalencar@acritica.com.br

Na última sexta-feira (11), a Whirlpool Corporation, líder mundial na fabricação e no comércio de eletrodomésticos de linha branca, comemorou seu centenário. O brilho da festa, porém, foi ofuscado pelo anúncio feito, dias antes, de que pretende demitir cinco mil funcionários e fechar uma montadora no Estado americano de Arkansas no ano que vem, vítima da crise que reduziu a demanda por eletrodomésticos nos EUA e Europa.

No entanto, 20% dos 71 mil funcionários distribuídos em 67 centros de manufatura e pesquisa tecnológica pelo mundo, respiraram aliviados apesar da má notícia: os 14 mil empregados da Whirlpool Latin America, que tem centro administrativo e de distribuição na capital paulista e fábricas em Joinville (SC), Rio Claro (SP) e Manaus.

No caso da planta do Polo Industrial da capital amazônica, a tranquilidade foi praticamente do mesmo tamanho de seus 31 mil metros quadrados de área construída, afinal a unidade só produz para o mercado brasileiro, bem distante da crise de consumo norte-americana e europeia.

Com a recente vitória do governo do Amazonas em relação aos condicionadores de ar split (alguns estados estavam zerando impostos para importação do produto que é feito no PIM), a unidade de Manaus já começa a retomar a produção e aposta alto no verão do ano que vem. "A expectativa é fazer novas contratações a partir do segundo semestre", anuncia o gerente geral, Evandro Cavaliere.

Atualmente, onze linhas de produção na planta da avenida Torquato Tapajós (zona Norte) empregam cerca de dois mil colaboradores que produzem fornos de microondas, condicionadores de ar (split e janela) e o mais novo "xodó" da Whirlpool Latin America, as lava-louças compactas da Brastemp. "Aprovamos o projeto no final de 2010 e em fevereiro deste ano saiu a primeira unidade da linha de produção. De lá para cá, já dobramos a produção e a tendência é aumentar ainda mais no ano que vem", diz Cavaliere. Foram US\$ 180 milhões investidos no ano passado e a expectativa é de chegar ao final deste ano com um aumento de 20% neste número.

Enquanto nos EUA a margem de lucro cai em função do aumento no preço de matérias-primas, em Manaus, a produção da nova máquina -

FRASES

"Estamos tomando as medidas necessárias para lidar com um ambiente econômico global muito mais desafiador"



JEFF M. FETTIG

Executivo chefe da Whirlpool

"Não estamos no PIM para ir embora amanhã. A prorrogação da ZFM era esperada, mas só vem ao encontro de nossas metas"



EVANDRO CAVALIERI

Gerente Geral da Whirlpool Manaus

Brasil é uma Brastemp! (Continuação)

totalmente projetada no Brasil - usa 75% de insumos locais, incluindo aí o maior gabinete plástico do PIM, que demandou mudanças na fábrica fornecedora para atender à demanda. "Para você ter uma ideia, tiveram que remover um pedaço do teto da Masa (empresa de injeção que fornece para a Whirlpool) para poder instalar o novo equipamento", conta Cavalieri.

NATAL

No mercado norte-americano, a Whirlpool luta para aumentar as vendas em meio a um índice elevado de desemprego, com condições de crédito cada vez mais apertadas e sofrendo ainda as consequências da crise dos imóveis. Com a queda nos valores imobiliários nos EUA, os consumidores estão pensando duas vezes antes de fazer investimento em suas casas.

No Brasil, onde curiosamente a empresa não vende a marca Whirlpool, mas sim Brastemp, Consul e Kitchenaid, o lucro cresceu 2,9% e pode crescer ainda mais se a campanha para convencer o brasileiro que a máquina de lavar-louça ajuda a poupar tempo, água e energia elétrica dê frutos nas festas de fim de ano. Seria um bom presente de Natal para a aniversariante centenária.

NÚMEROS

40

MILHÕES

Foi o investimento da Whirlpool na fábrica da Brastemp da Amazônia, inaugurada em 1998 e que, em 2008, adotou o nome da matriz.

50

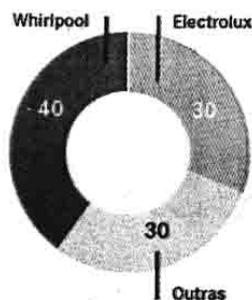
POR CENTO

Uma em cada duas residências no Brasil possui um produto da Consul, a marca mais presente nos lares brasileiros.

GRÁFICOS

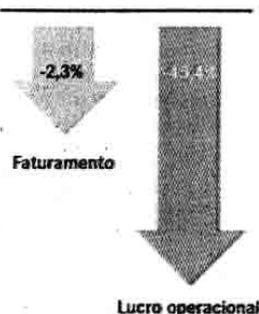
Participação

Marcas Brastemp e Consul detêm 40% do mercado nacional de linha branca.



Situação nos EUA

A Whirlpool registrou queda em seu maior mercado consumidor no terceiro trimestre deste ano.



SAIBA MAIS



Lavadora de louças

Através da marca Brastemp, a Whirlpool voltou a fabricar máquinas de lavar louças no Brasil, apostando em modelos mais compactos, para lavar de 6 a 8 serviços (cada serviço corresponde à quantidade de louça suja de uma pessoa). O produto está sendo feito na unidade de Manaus desde fevereiro e a empresa investe pesado no marketing para convencer o consumidor que é melhor usar a máquina do que lavar a louça na pia. Entre os argumentos está a economia de água (com gasto em média seis vezes menor que lavar à mão) e de tempo (lavar à mão faz a pessoa gastar cerca de 300 horas por ano). Atualmente apenas 4% dos lares brasileiros têm o produto - para ter uma ideia do que isso significa, na Argentina são 38%.

Ar-condicionado

A fábrica da Whirlpool em Manaus ainda produz os condicionadores de ar do tipo Janela, que perderam espaço nos últimos anos para os modernos splits. Apesar de não haver mais um crescimento na busca pelo produto, a demanda se mantém estável. Como vantagem, os condicionadores do tipo janela - oferecidos na marca Consul - são mais fáceis e práticos de instalar que um split. Além disso, muitas construções já têm o nicho na parede onde deve ser instalado o produto, o que torna a instalação e manutenção ainda mais simples. E, por incrível que pareça, existem consumidores que não se adaptam ao silêncio dos splits e preferem o 'barulhinho' do condicionador de janela.

Duas rodas

Só mera coincidência?

“Se, para um observador leigo, dois designs são tão parecidos a ponto de induzir a compra de um produto pensando ser outro, então o primeiro a patentear teve o design violado”.

Nos EUA, um precedente bem simples, datado de 1871, define o que é ou não violação de patente. Em resumo, a legislação norte-americana diz que se um produto é tão parecido com outro que um comprador leigo pode levar 'gato por lebre', eles são iguais.

A fabricante chinesa de motos Shineray - que montou base de distribuição em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco - recentemente chamou atenção dos visitantes do salão de duas rodas com modelos de baixo preço e belo desenho. Dois destes desenhos, porém, deixaram muitos visitantes confusos pela semelhança com modelos da Honda.

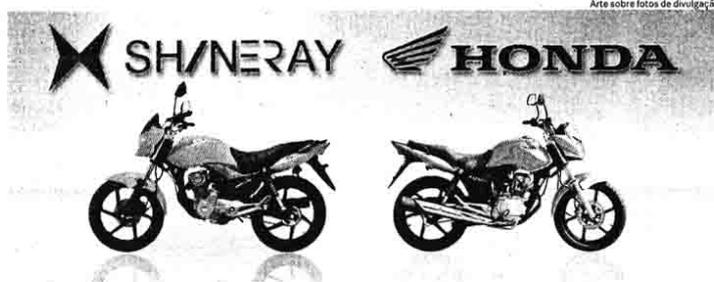
As motos Explorer e Max, da chinesa, lembram - até mesmo nas cores disponíveis - respectivamente, a NX Bros e a CG Titan, que a marca japonesa produz em Manaus.

A Explorer 150 cc tem al-

SERVIÇO

HONDA
Para conhecer os modelos que a japonesa produz no Brasil, visite www.honda.com.br

SHINERAY
Para conhecer os modelos que a chinesa já vende no Brasil, visite www.shineray.com.br



CHINESA A GY 150 Explorer (abaixo), da Shineray, é feito em Chongqing e distribuída no Brasil a partir de Pernambuco, com preço de R\$ 5.490.



JAPONESA A NX 150 Bros, da Honda, é fabricada no Brasil, no Polo Industrial de Manaus, e tem preço sugerido de venda de R\$ 7.890. (versão KS)



guns detalhes diferentes, como uma proteção no amortecedor frontal, um disco de freio maior na dianteira e um motor mais compacto. No entanto, em outros pontos guarda semelhanças incríveis, como no conjunto

formado pela lanterna e paralamas frontal e no conjunto do tanque de combustível, especialmente a peça plástica em formato de asa na lateral. Para aumentar a confusão, sobre esta peça há um grafismo com quatro ris-

cos que podem ser confundidos com a logo da Honda.

No quesito preço, a moto tipo trail da Shineray custa R\$ 2 mil a menos que a trail da Honda.

Analisando os modelos street das duas marcas, as seme-

FRASE

“Nosso setor jurídico deve recolher evidências. Temos patente de todas as nossas tecnologias, se houver violação, vamos agir”



PAULO TAKEUSHI
Diretor da Honda da Amazônia

lhanças são ainda maiores. Raios da roda, paralamas, tanque de combustível, bancos, retrovisores...até a placa de plástico preto na lateral é de mesmo tamanho e desenho.

Procurada pela reportagem, a Honda emitiu comunicado informando que, no Brasil, é proprietária de diversas patentes, todas registradas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), incluindo o desenho industrial de motos e suas peças e que a fabricação, publicidade, oferta, montagem, armazenamento, distribuição e comercialização de produtos que violem estas patentes constitui um grave descumprimento da legislação de propriedade intelectual vigente.

A empresa, que desenvolve seus modelos no Brasil, diz que toma medidas legais contra quem prejudica a marca e seus consumidores, mas não confirmou nenhuma ação contra a chinesa.

A Shineray não respondeu aos questionamentos da reportagem de A CRÍTICA, mas em blogs especializados em duas rodas já manifestou que seus modelos são feitos na China e, qualquer questão jurídica deve ser discutida em nível mundial.

Arrancada" pelo novo PPB

Novas regras aumentam a obrigatoriedade de utilização das peças locais e nacionais na montagem das motos fabricadas no Polo Industrial de Manaus

RICHARD RODRIGUES

Equipe EM TEMPO

Apouco mais de seis meses para o novo Processo Produtivo Básico (PPB) de motocicletas entrar em vigor, as fabricantes locais do polo de duas rodas já iniciaram as adequações para garantir os incentivos fiscais. O estreitamento das relações entre montadoras e fornecedores de componentes está entre as movimentações, uma vez que, a partir do dia 1º de junho de 2012, com as novas regras, as motos fabricadas em território amazonense passarão a ser ainda mais 'nacionais'.

De acordo com o coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Gustavo Igrejas, o PPB — estabelecido pela Portaria Interministerial de número 195, de 22 de junho deste ano — aumenta a obrigatoriedade

Arrancada" pelo novo PPB (Continuação)

REGRAS

Objetivo do PPB é fazer com que a indústria invista para nacionalizar ainda mais os processos, possa desenvolver tecnologia local e com isso aumentar a competitividade dos produtos

de utilização de partes e peças locais e nacionais na montagem das motos fabricadas no Polo Industrial de Manaus (PIM), e com isso as empresas deram 'partida' nos ajustes que deverão ser realizados.

Ações

"As fabricantes buscam fornecedores na região para fabricar os insumos a serem utilizados em suas motos. Outra ação tomada pelas próprias indústrias é o desenvolvimento de componentes em suas próprias unidades fabris, ou seja, algumas empresas estão criando as peças internamente", observa Igrejas, ao assinalar que a expectativa é de que todas as empresas de duas rodas, que gozem dos benefícios fiscais, estejam aptas a cumprir o PPB até a data estabelecida.

Sobre as mudanças, o coordenador-geral destaca que a única diferença entre o PPB vigente e o que vai entrar em vigor no próximo ano é o aumento da obrigatoriedade das componentes nacionais na industrialização das motocicletas. "O sistema atual, calculado por meio de operações, passará para um sistema de pontuação de partes e peças, conforme a complexidade de cada insumo e sua representatividade no bem final", explica Igrejas.

Arrancada" pelo novo PPB (Continuação)

Benefícios para a indústria

Conforme a Suframa, as fabricantes de motos locais fazem parte de um dos segmentos mais adensados do PIM, com pata-mares de regionalização e nacionalização de insumos e componentes sobremodo relevantes. Dados divulgados pela autarquia apontam que, historicamente, a média de itens regionais utilizados nas motos produzidas no parque fabril manauense é de 45%, enquanto a média das peças nacionais é de 30% e os insumos importados correspondem a 25% dos componentes utilizados na fabricação dos veículos em Manaus.

"A implementação do novo PPB permitirá que esses bons números continuem e até sejam aprimorados, trazendo benefícios para todo o segmento no PIM, que conta hoje com 14 empresas fabricantes de motos e aproximadamente 70 de fábricas de componentes. Essas empresas empregam quase 30 mil

trabalhadores, dos quais 14 mil nas fabricantes de bens finais e 16 mil nas produtoras de componentes", assegura o coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa, Gustavo Igrejas.

O coordenador pontua,

INSUMOS

A média de itens regionais utilizados nas motos produzidas no parque fabril manauense é de 45%, enquanto a média das peças nacionais é de 30% no processo fabril

ainda, que somente as fabricantes de motos instaladas em Manaus possuem mais de R\$ 3,5 bilhões em investimentos no polo local, além de se manter entre as líderes de faturamento e maiores geradoras de postos de trabalho no PIM.



Fabricantes fazem planejamento para atender às novas exigências para produção no PIM

Busca por nacionalização maior

As adequações para as fabricantes foram iniciadas pela CR Zongshen, produtora de motos Kasinski. A indústria pretende intensificar a produção e aquisição dos componentes utilizados na montagem de motos antes mesmo das novas etapas fabris entrarem em vigor.

De acordo com o presidente da empresa, Cláudio Rosa Júnior, existe um planejamento para promover ainda mais a nacionalização das motocicletas da marca. "Montamos uma empresa de componentes no PIM, a CR Componentes, onde vários insumos utilizados na pro-

dução das motos Kasinski já são produzidos", destaca o executivo, ao frisar que 100% dos chassis dos veículos Kasinski saem direto da componentista. Além da CR Componentes, a CR Zongshen também adquire grande parte das peças de motos no mercado.

Abraciclo aprova as exigências

O novo PPB de motocicletas foi aprovado pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Bicycletas e Motonetas e Similares (Abraciclo). A entidade acredita que a sistemática de pontos destinada para a montagem dos veículos no PIM leva em conta a complexidade tecnológica da motocicleta, investimentos, equipamentos, treinamento, entre outros aspectos.

O diretor-executivo da Abraciclo, Moacyr Paes, reforça que as novas regras para a produção são mais exigentes, porque abrangem um sistema de pontos, cotas e número de peças que devem ser adquiridas no mercado local e nacional.

APLAUSOS

Polo de duas rodas



Para o polo de duas rodas do Amazonas, que já se adequa ao Processo Produtivo Básico de motocicletas.

Alfredo MR Lopes

A fibra dos cabocos

A saudade de um tempo de obstinação e conquistas deu uma cutucada no futuro de múltiplas possibilidades e acabou provocando uma reflexão oportuna com a cerimônia de retomada da produção de juta e malva no Estado do Amazonas, ocorrida nesta semana, com entrada em operação da Brasjuta, para produzir sacaria no Polo Industrial de Manaus. É alvissareiro e emblemático flagrar o governo do Amazonas com a atenção focada na cadeia produtiva das fibras regionais, garantindo preço de venda aos produtores, distribuindo sementes para o plantio e acompanhando o processo até o produto final no mercado. Aplausos para a Agência de Fomento, e para a vitalidade do grupo Mário Guerreiro, atores de uma trama e aposta na fibra regional, em todos os sentidos, numa epopeia cujo primeiro ato completou sessenta anos. Com o sócio Adalberto Vale, o empresário Mário Guerreiro, é importante lembrar, criou a Brasijuta, na presença do então presidente Getúlio Vargas, em 1951. Uma época em que todo produto agrícola era exportado em sacaria com a grife amazônica da juta, principalmente o café, o que permitiu, em 1965, o ápice de 50 mil toneladas, com milhares de empregos e outras conquistas.

A melhor maneira de conservar um bem natural, insistia Gilberto Mestrinho, é dar-lhe viabilidade econômica, caso contrário, eles serão consumidos, ou depredados, na ausência de alternativa de subsistência. É essencial resgatar esse momento - início dos anos 50 - em que o Amazonas do pós-guerra vivia a penúria de mais um fracasso na economia gomífera, com o esvaziamento dos esforços estratégicos de recomposição do Il Ciclo da Borracha. Além da juta, a sorva para a produção de goma de mascar - os chicletes de Hollywood - os empreendedores regionais já demonstraram com engenho e arte que é possível manejar sem ameaçar a floresta, e dela extrair com racionalidade e rigor os recursos da prosperidade. Nessa década, em que o Brasil celebrou seus Anos Dourados, o grupo Benayon Sabbá, com

a presença ousada e vigorosa de Moises Israel, os Benchimol, implantaram mais de 40 bioindústrias de essências vegetais, curtume, silvicultura e aquicultura, base material de viabilização da Refinaria de Petróleo em 1956. Além do Inpa, em 1957, a panificadora e pastificio Guarany, depois Papaguara, reuniu um grupo fraterno e ousado de empreendedores, Antônio Simões, Petrônio Pinheiro e Osmar Pacífico, que consolidou na década seguinte o Grupo Simões, um dos mais sólidos da Amazônia. O Inpa foi criado nesse contexto para inventariar e estudar o bioma, sinalizar a recusa da ocupação e tutela da cobiça internacional. Foi assim que o Amazonas reafirmou com obstinação sua vocação para a modernidade. Há algo mais moderno e arrojado - ou sustentável - do que resgatar o uso de fibras vegetais para substituir fibras industriais que degradam o ambiente?

Há meio século, a juta empregava 3 mil trabalhadores na indústria de beneficiamento e hoje já ocupa 2,6 mil famílias no processo inicial de extração nesse beiradão esquecido. A malva, a borracha e o curauá, o dendê e a pupunha, o açaí e a andiroba, as resinas e oleaginosas: basta agregar tecnologia... a lista é intensa e imensa a informação consolidada a respeito. Nos arquivos recentes da Universidade do Estado do Amazonas, sob a batuta de Edinéia Dias e Marilene Correa, está guardado um mapa precioso de oportunidades e necessidades de demandas de qualificação de recursos humanos, inovação tecnológica e de infraestrutura para diversificar e interiorizar polos de bionegócios e geonegócios, na perspectiva de um modelo de desenvolvimento mais coerente e mais condizente com o bioma e a homodiversidade regional. Um modelo que, cá para nós, dispensa os incentivos seculares e demanda apenas condições infraestruturais de funcionamento, para dar sequência ao insight genial desses destemidos e heroicos cabocos e suas fibras promissoras. Caboco deriva do tupi kara'i + oka, curiboca, caboco, homem mestiço. Sem o L, por favor.



Alfredo MR Lopes
Filósofo e consultor ambiental

“

Há meio século, a juta empregava 3 mil trabalhadores na indústria de beneficiamento e hoje já ocupa 2,6 mil famílias no processo inicial de extração nesse beiradão esquecido”

✓

CAPA

Evasão de dinheiro do PIM cresce 44% e chega aos R\$ 800 milhões

▼ Empresas de capital internacional instaladas no Polo Industrial de Manaus passaram a enviar mais recursos para o exterior nos últimos dois anos, segundo dados da Receita. **ECONOMIA PÁGs 12 e 13**

EDITORIAL

Lugar bom para lucrar

O aumento de 44% no envio de lucros para o exterior pelas

multinacionais instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM) aguça a crítica que se faz sobre a falta de envolvimento da maioria dessas empresas com projetos sociais no Amazonas.

Dados fornecidos pela Delegacia da Receita Federal

no Estado revelam que as remessas nos últimos dois anos chegaram a R\$ 851,8 milhões. E observe que este valor certamente não é o total que as filiais de marcas mundiais remeteram para as suas matrizes, localizadas na Ásia, Europa e Estados Unidos. É que muitas podem estar realizando a operação através de seus escritórios no Estado de São Paulo.

Com a crise financeira na Europa e nos Estados Unidos, as remessas de lucro vêm sendo mais frequentes, por uma simples razão: as companhias precisam de dinheiro para movimentar seus negócios. Com o risco do calote de governos

Com a crise financeira na

Europa e nos Estados Unidos, as remessas de lucro vêm sendo mais frequentes.

endividados, como a Itália, Espanha e a falida Grécia, os bancos estão sobremaneira temerários em financiar grandes operações.

O fato é que nem time de futebol é patrocinado pelo capital internacional que vem registrando recordes de faturamento em Manaus. Pelo contrário. Os últimos anos tem sido comum

...nem time de futebol é

patrocinado pelas multinacionais que registram recordes de faturamento.

fabricantes mundiais investirem em clubes paulistas. É verdade que os times amazonenses precisam se profissionalizar para pleitear esse tipo de investimento, mas esse é apenas um exemplo dentre tantos outros que poderiam ser dados neste espaço. Raras mesmo têm sido as boas práticas, de envolvimento das

corporações com a comunidade local.

Nesse contexto também falta iniciativa dos governos e instituições da sociedade civil organizada na busca por parcerias, mas as companhias também demonstram, ao longo da história da Zona Franca de Manaus (ZFM), que aqui nunca foi terra para fincar raízes. Basta constatar que as decisões sobre as atividades das fábricas instaladas na cidade são tomadas nos escritórios instalados em São Paulo.

De qualquer modo, nunca é tarde demais para refazer essa relação, para que torne-se mais proveitosa para a população local.

Arthur Virgílio



Arthur Virgílio

Diplomata
redacao@diarioam.com.br

Prorrogação da ZFM

Lisboa - Já expusemos à farta que a pura e simples

prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus não impedirá que prossiga a trajetória descendente desse modelo. A extensão temporal dos benefícios nascidos com o Decreto 288 é essencial e inadiável, mas, sozinha, equivalerá a um presente de grego ofertado aos amazonenses.

Prorrogar sem investir em infraestrutura é agir no vazio. Estamos perdendo competitividade, em função do caos logístico que vivemos e, a cada momento, os incentivos fiscais protegem menos o nosso Polo Industrial.

Prorrogar sem investir em inovação e formação de mão de obra é desdenhar do futuro que está às portas. Como imaginar evolução sem ganhos significativos de produtividade?

Prorrogar sem deixar de agredir o modelo através de Medidas Provisórias, Decretos e Portarias significa permitir que os polos de tecnologia mais dinâmica se afastem do Amazonas, condenando o PIM a uma morte lenta e sem glória. Isso já está acontecendo.

Mas temos de obter a prorrogação, sim. Estranhamente, a presidente Dilma Rousseff enviou Proposta de Emenda Constitucional à Câmara dos Deputados (PEC 103/11), que será apensada à de número 506/10, de minha autoria, que, já

A verdade é que a PEC enviada à Câmara pelo

governo cruzará seus caminhos duas vezes com as iniciativas que tomei.

aprovada no Senado, propõe a extensão dos incentivos por mais dez anos. A presidente estabelece mais 50 anos, até 2073, portanto.

Estranhei o gesto, porque tenho outra PEC (29/10), que tramita no Senado e está misteriosamente parada na Comissão de Constituição e Justiça. Esta, tal qual a da presidente, prorroga por mais 50 anos e, para se resolver esse problema, bastaria que ela determinasse as suas lideranças nas duas Casas a aprovação urgente da matéria.

Apresentei esta PEC logo depois que Dilma se consagrou presidente. Na campanha, seu compromisso era com os 50 anos. Seu adversário, José Serra, se comprometera com um século. Se ele tivesse sido eleito, eu teria proposto 100 anos e não metade disso. Agi simplesmente na sintonia do que ouvi na campanha eleitoral.

A verdade é que a PEC enviada à Câmara pelo governo cruzará seus caminhos duas vezes com as iniciativas que tomei: a primeira sendo apensada à

**Prorrogar sem
investir em
infraestrutura é agir
no vazio. Perdemos
competitividade
em função do
caos logístico.**

PEC 506/10 e a segunda ao se defrontar com a PEC 29/10, que se encontra no Senado.

Apresentei uma terceira, levando os benefícios fiscais, hoje restritos a Manaus, aos municípios da Região Metropolitana. Encontra-se no Senado também. Pagã, coitada, sem ninguém que olhe por ela.

Combinemos assim: prorroguem o modelo e fiquem com a paternidade. Mais ainda, invistam num parque industrial fantástico que tem sido repetidamente traído e menosprezado. O episódio dos tablets é para não ser esquecido.

O Amazonas só poderá demonstrar gratidão real se lhe derem o conjunto do que precisa. O que lhe oferecem hoje não basta.

Crise eleva remessas de lucro para R\$ 851 mi

TEXTO Beatriz Gomes e agências
ARTE Júnior Lima

MANAUS

As empresas de capital estrangeiro instaladas no Amazonas aumentaram em 44% as remessas de lucro ao exterior nos últimos dois anos, como resultado da crise nos seus países de origem. De acordo a Delegacia da Receita Federal em Manaus, foram enviados R\$ 851,8 milhões para fora do País neste ano.

A estimativa da Receita utiliza os valores arrecadados de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em que na grande maioria dos casos incide alíquota de 15% no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e pode chegar a 25%. Para o cálculo foi utilizada a alíquota de 15% em cima do volume arrecadado revelando os valores aproximados para maior.

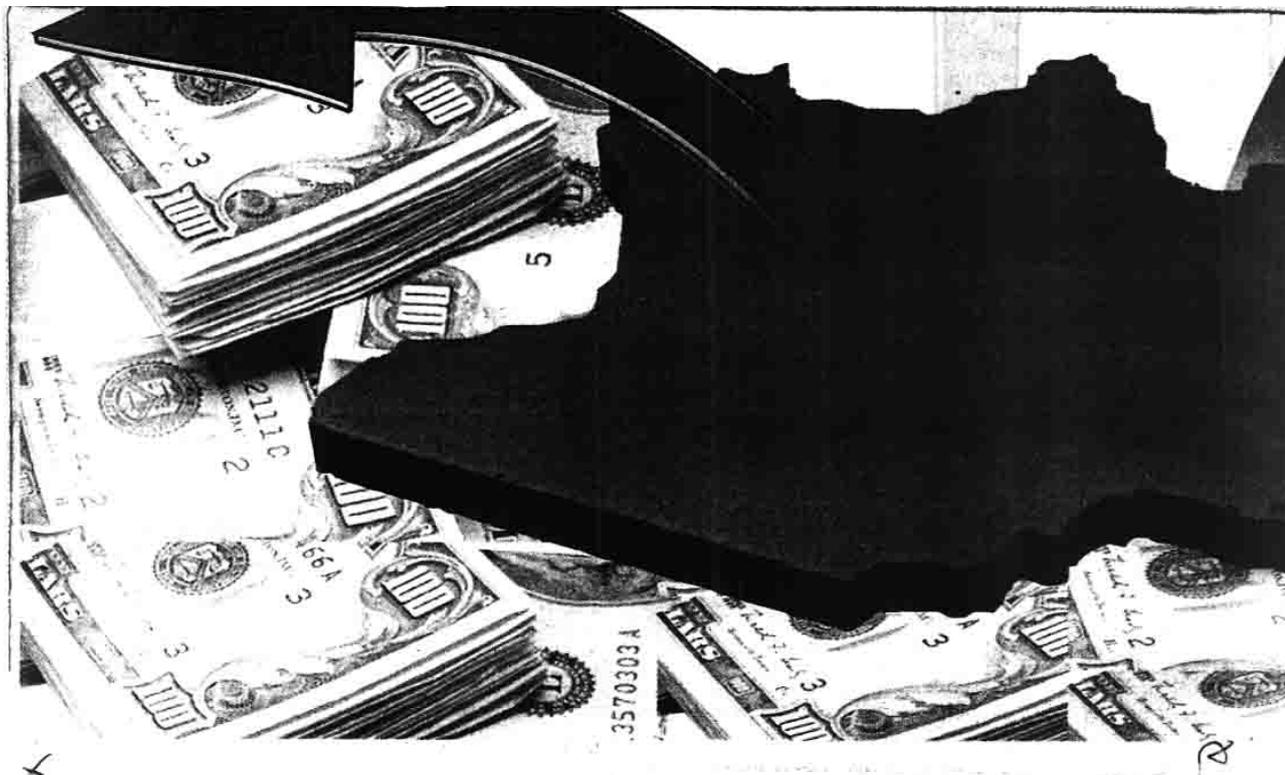
De acordo com o auditor fiscal Marcus Fabiano Praciano, a alíquota de 25% incide quando a empresa envia remessas para pessoas físicas no exterior. Esse ano a Receita arrecadou R\$ 127,7 milhões com o IRRF, uma expansão de 44% em relação a 2009, quando o Fisco obteve R\$ 88,7 milhões com o tributo sobre a remessa de capital, informou o auditor integrante da equipe responsável pelos maiores contribuintes da Receita.

Crise

A instabilidade econômica mundial agravada pela crise na Zona do Euro favorece o envio de lucro das empresas ao exterior, segundo economista e analista do Tesouro da Secretaria de Estado de Fazenda, Rodolfo Bentes.

“Se a matriz estiver precisando de dinheiro as remessas ao exterior vão aumentar e com o cenário de crise econômica externa muitas empresas multinacionais estão arrecadando mais nos países

Crise eleva remessas de lucro para R\$ 851 mi (Continuação)



ARRECAÇÃO

DESEMPENHO

RECEITA TOTAL E DE REMESSAS

O volume de tributos sobre o envio e capital ao exterior tem crescido no Amazonas, segundo a Delegacia da Receita Federal. O montante tem contribuído para elevar o desempenho do Fisco, que no ano passado obteve recorde histórico.



de economia periférica, como é o caso do Brasil, e enviando os dividendos aos acionistas no exterior”, explica.

Um dos picos de remessas ocorreu no auge da crise financeira internacional, no último trimestre de 2008, após a quebra do banco americano Lehman Brothers, que provocou a escassez do crédito, inclusive no Brasil.

Naquele ano, a Delegacia da Receita Federal registrou alta de 61,9% na arrecadação

da União com esse tipo de operação, em comparação com a média de crescimento abaixo dos 10% nos anos anteriores.

Segundo Bentes, esses envios são compensados pelo superávit da balança comercial brasileira, a diferença entre o que importa e o que exporta, ou pelo Investimento Estrangeiro Direto (IED), recursos aplicados pelas empresas a longo prazo para aumentar a capacidade de produção.

A liberdade do fluxo do capital no País é um dos atrativos dos investimentos, comum nas economias de livre mercado, explica o economista. “No Brasil, é mais fácil porque o controle de capital não existe, existe o registro, mas não há impedimento para envio de remessas ao exterior. Do ponto de vista dos princípios econômicos isso é bom, pois o País adota outros parceiros globais aumentando o fluxo de capital estrangeiro”, afirma.

FRASE



Rodolfo Bentes. Analista do Tesouro da Sefaz

Se a matriz estiver precisando de dinheiro as remessas ao exterior vão aumentar e com o cenário de crise as multinacionais estão arrecadando mais nos países de economia periférica, como é o caso do Brasil”

Crise eleva remessas de lucro para R\$ 851 mi (Continuação)



OS NUMEROS

25%

▼ **é a alíquota do imposto** de Renda Pessoa Física (IRPF) que incide sobre o envio de moeda de empresas para pessoa física residente no exterior.

44%

▼ **foi o crescimento do** volume de remessas para pessoa física no exterior, que somou R\$ R\$ 127,7 milhões. Sobre o montante, a Receita obteve R\$ R\$ 88,7 milhões sobre o envio de capital.

BALANÇO DO BC

Recuperação das economias será lenta

Os desequilíbrios globais entre poupança e consumo das grandes zonas econômicas formam o pano de fundo da crise econômica iniciada em 2008 e que ainda gera tantas incertezas nos dias de hoje. Principalmente quanto ao ritmo da recuperação da atividade produtiva na Europa e nos Estados Unidos.

A análise foi feita, na semana passada, pelo diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro (Dinor) do Banco Central, Luiz Awazu Pereira da Silva, na instalação do 2º Colóquio Internacional Poupança, Investimento e Moeda no Brasil: Perspectivas Franco-Brasileiras. Awazu ressaltou que a situação ganha relevância no contexto atual de "grandes complexidades e desafios para a economia global" e que o compartilhamento de perspectivas internacionais sobre o financiamento sustentável do crescimento é fundamental para a identificação de estratégias para recuperar a atividade econômica. Na análise do diretor do BC, o ciclo de crescimento pré-crise tinha fragilidades estruturais, como excessos de consumo e poupança. Os bancos ficaram vulneráveis pelo excesso de endividamento das empresas e das famílias, além da combinação de fatores conjunturais nos EUA e na Europa.

FORMAS DE ENVIO

- ▼ **Pagamento a residentes** ou domiciliados no exterior, brasileiro ou estrangeiro.
- ▼ **Pagamento de royalties** para exploração de patentes de invenções, modelos, desenhos industriais, uso de marcas ou propagandas.
- ▼ **Remuneração de serviços** técnicos, de assistência técnica, de assistência administrativa e semelhantes.
- ▼ **Direitos autorais**, inclusive no caso de aquisição de programas de computador (softwares) para distribuição e comercialização no Brasil ou para uso próprio, sob a modalidade de cópia única, exceto as películas cinematográficas.
- ▼ **Pagamentos a título** de juros e comissões, inclusive os remetidos em razão de compra de bens a prazo.
- ▼ **Pagamento** de juros ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, residentes ou domiciliados no exterior, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido da pessoa jurídica e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Setor calçadista aposta em inovação contra concorrência internacional

TEXTO Agência Brasil
FOTO Valtter Campanato/ABr

RIO DE JANEIRO

O setor coureiro-calçadista brasileiro aposta no tripé sustentabilidade, inovação e design para elevar a base exportadora, aumentar o valor agregado dos produtos e fazer frente aos concorrentes internacionais.

Com uma força de trabalho de 500 mil pessoas no País, o setor busca alternativas que compensem o custo de produção mais elevado no Brasil, segundo a gestora de projetos do setor de couro da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), Deborah de Oliveira Rossoni.

“Quanto mais a gente desenvolver um produto com design, diferencial e conceito próprios, mais o produto terá em termos de valor agregado. Temos que criar na mente do comprador e do consumidor internacionais que o produto brasileiro tem o diferencial que eles buscam, tem o conceito Brasil”, disse Deborah.

Segundo ela, outro tema importante para o setor é a sustentabilidade, já que o couro é um produto sensível em todo o processo de produção, desde a utilização de pastagens para o gado, até o produto final. “A sustentabilidade é um tema importante para o governo. Hoje, o mundo

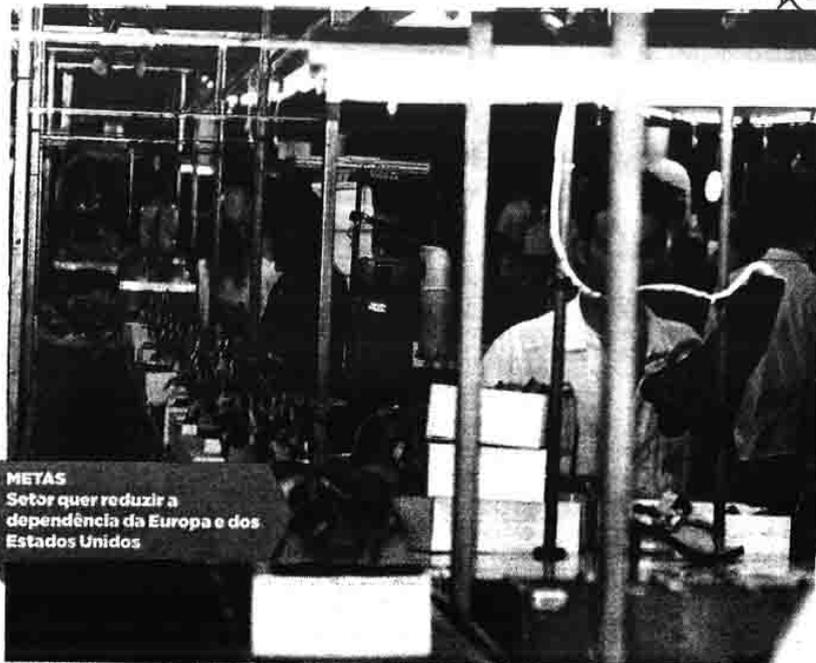
todo olha para o Brasil, buscando a sustentabilidade dos processos e produtos”.

O presidente do Conselho Internacional de Curtumes, Wolfgang Goerlich, disse que a meta para 2011 é exportar em torno de US\$ 2 bilhões, mas que em decorrência da crise econômica mundial, o cenário ainda está nebuloso para o próximo ano. “Os pedidos diminuíram no último trimestre, não só no Brasil, mas no mercado mundial”.

No caso do couro, Deborah destacou a mudança ocorrida em termos de exportação do valor agregado, nos últimos dez anos. Em 2000, a relação era 70% de exportações de couro wet blue (aquele que passou por um processo inicial de curtimento para depois receber o acabamento com novas cores e texturas) e 30% de couro acabado. Em 2000 as exportações somaram US\$ 760 milhões. No ano passado, atingiram US\$ 2,2 bilhões.

“Hoje, isso se inverteu, 70% do valor exportado são acabados e 30% são wet blue. Isso mostra que a indústria conseguiu ganhar valor agregado”, disse a gestora.

Entre 2000 e 2010, o setor coureiro aumentou em 25% o número de importadores, passando de 68 países para 85 países. Atualmente, os principais compradores são a Itália e os Estados Unidos, países afetados pela crise econômica, além da China.



METAS
Setor quer reduzir a dependência da Europa e dos Estados Unidos

Agência de promoção de investimentos destaca que consumidor internacional deve atentar para **diferencial** do produto nacional

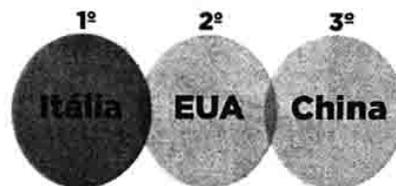
MAIS DADOS

500 mil trabalhadores atuam no setor coureiro-calçadista brasileiro. Nos últimos anos, setor vem sofrendo com a concorrência.

2 bilhões de dólares foram as exportações do setor no ano passado, segundo a Apex-Brasil. Em 2000, as exportações foram de R\$ 760 milhões.

DESTINOS
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CALÇADOS

Os calçados brasileiros chegam a 85 países, com destaque para três:



Setor calçadista aposta em inovação contra concorrência internacional (Continuação)

Em ranking que avalia força da marca de cada país no exterior, 'Brasil' sobe 10 posições e é 31º

O ranking Country Brand Index (CBI), elaborado pela empresa FutureBrand, mostrou que o Brasil subiu dez posições em uma lista que avalia a força da marca de cada País no exterior. O Brasil ocupa o 31º lugar no total de 113 países analisados.

O estudo busca avaliar como cada país é visto por pessoas no exterior. A empresa

FutureBrand é uma consultoria que atua na elaboração e análise de marcas no mercado internacional. A consultoria integra o grupo McCann Worldgroup, que reúne agências de publicidade em diversas partes do mundo.

No ranking de 2011, dos 50 países que estão no topo da lista, o Brasil foi o que mais cresceu. Na América Latina, o Bra-

sil fica atrás apenas da Costa Rica, que está em 24º lugar. No ranking anterior, de 2009, o Brasil ocupava a 41ª posição.

O estudo considerou fatores como a qualidade de vida, a facilidade de se fazer negócios, o turismo e a cultura. Além disso, um dos indicadores – chamado de 'valores' – avalia a percepção que estrangeiros têm sobre cada país nos quesitos

liberdade política, tolerância, sistema jurídico, liberdade de expressão e consciência ambiental.

A percepção dos estrangeiros sobre o País melhorou em relação a consciência ambiental, qualidade de vida e facilidade de se fazer negócios. No turismo, ficou em segundo lugar em uma lista das melhores praias (atrás da Austrália).

OS NÚMEROS

1 A Índia lidera entre os Brics em percepção geral da marca, mas o Brasil é a 'estrela em ascensão do grupo, destaca o estudo da FutureBrand.

2 As dez maiores marcas são, na ordem: Canadá, Suíça, Nova Zelândia, Japão, Austrália, Estados Unidos, Suécia, Finlândia, França e Itália.